

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA: Direito das Águas

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS

PROFESSOR: DANIEL SILVA MENDANHA

SEMESTRE: 2025/2

EMENTA:

Ementa: Estudo do regime jurídico das águas e da gestão de recursos hídricos. Análise da Lei 9.433/97, da política nacional de recursos hídricos e dos instrumentos de gestão. Águas como bem público: Natureza jurídica; Domínio da União e dos Estados; Classificação legal. Política Nacional de Recursos Hídricos: Princípios, objetivos e diretrizes. Lei das Águas (Lei 9.433/1997): Gestão descentralizada e participativa; Comitês e conselhos. Outorga de uso da água: Finalidade, requisitos e procedimento. Cobrança pelo uso da água: Fundamentos e métodos de cálculo. Planos de recursos hídricos: Planejamento e integração. Conflitos pelo uso da água: Prioridades e mecanismos de resolução. Águas transfronteiriças: Cooperação internacional e tratados.

OBJETIVO:

Compreender o regime jurídico das águas no Brasil, analisando os princípios constitucionais, a gestão integrada e participativa dos recursos hídricos, os direitos de uso, os conflitos pelo uso da água e a sustentabilidade ambiental, com base na legislação nacional e em tratados internacionais.

JUSTIFICATIVA:

A água é um recurso essencial à vida, à dignidade humana e ao equilíbrio dos ecossistemas, assumindo crescente relevância nas agendas jurídica, ambiental, social e econômica. No contexto brasileiro, marcado por abundância hídrica e, ao mesmo tempo, por desigualdades no acesso e pressões sobre os recursos naturais, torna-se fundamental compreender o regime jurídico que regula a gestão das águas.

A disciplina "Direito das Águas" oferece uma abordagem crítica e interdisciplinar sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433/1997, analisando seus princípios, diretrizes e instrumentos, como a outorga de uso, a cobrança pelo uso da água e os planos de bacia hidrográfica. A gestão descentralizada e participativa, por meio dos comitês e conselhos de recursos hídricos, revela a importância da governança colaborativa e da participação democrática na formulação de políticas públicas.

Também são abordados os conflitos pelo uso da água, os desafios da cooperação federativa e internacional, bem como os direitos humanos à água potável e ao saneamento, em consonância com tratados e diretrizes internacionais. A disciplina visa capacitar os(as) estudantes a compreender os fundamentos legais, institucionais e políticos da gestão sustentável das águas, promovendo o uso racional e equitativo dos recursos hídricos, a mediação de interesses diversos e a garantia do acesso universal à água como bem público e fundamental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1º BIMESTRE

Unidade 1 – Fundamentos do Direito das Águas

Natureza jurídica da água: bem público e recurso ambiental
Domínio das águas: competências da União e dos Estados
Classificação legal das águas (superficiais, subterrâneas, interiores, transfronteiriças)

Unidade 2 – Política Nacional de Recursos Hídricos

Princípios, objetivos e diretrizes da Lei nº 9.433/1997
Gestão integrada, descentralizada e participativa
Papel da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico)

Unidade 3 – Instrumentos da Política de Recursos Hídricos

Outorga de direito de uso da água: requisitos, modalidades e procedimentos
Cobrança pelo uso da água: fundamentos legais, objetivos e métodos de cálculo
Planos de recursos hídricos: planejamento estratégico por bacia hidrográfica

Unidade 4 – Governança e Participação Social

Comitês de bacia hidrográfica: composição, competências e funcionamento
Conselhos de recursos hídricos: papel deliberativo e normativo
Mecanismos de articulação entre os entes federativos e a sociedade civil

2º BIMESTRE

Unidade 5 – Conflitos pelo Uso da Água e Soluções Jurídicas

Conflitos de uso múltiplo da água: critérios de prioridade
Instrumentos jurídicos de mediação e resolução de disputas
Casos emblemáticos de conflitos hídricos no Brasil

Unidade 6 – Águas Transfronteiriças e Cooperação Internacional

Princípios do Direito Internacional das Águas
Tratados e acordos de cooperação em bacias compartilhadas
Experiências de gestão integrada em nível regional e internacional

Unidade 7 – Direito à Água e Sustentabilidade

Água como direito humano: reconhecimento internacional e constitucional
Relação entre recursos hídricos, saneamento básico e saúde pública
Sustentabilidade e proteção das fontes hídricas

PROPOSTA METODOLÓGICA:

Aulas teóricas; aulas expositivas dialogadas; estudos dirigidos em sala de aula e debates.

Recursos Didáticos e Tecnológicos

Projektor multimídia;
Computador;
Quadro branco.

Proposta de Avaliação do Processo de ensino e Aprendizagem:

Do Ensino

- Pela observação do grau de interesse dos alunos no aprendizado;
- Pela capacidade de articulação entre a teoria e a prática dos procedimentos propostos;
- Pelo acompanhamento nas resoluções dos exercícios e nas atividades propostas;
- Pela avaliação do docente.

Da aprendizagem

Atividade I: Aplicação de prova individual (equivalente a 100% da nota);

Atividade II: Avaliação formativa: Através da aplicação de exercícios, estudos de casos, testes individuais e/ou em grupos (equivalente a 100 % da nota)

Atividade III: Prova Individual, (equivalente a 100% da nota)

Observação: Média Final: média aritmética da Atividade I + Atividade II + Atividade III

Bibliografia Básica

ARRUDA JUNIOR, Pedro. **Mineração sustentável:** uma abordagem sociojurídica da participação popular cidadã em acidentes minerários de grande porte. Belo Horizonte: Del Rey, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/212400>. Acesso em: 13 ago. 2024.

FERNANDES, Rodrigo Vesule. **Lei de mineração espacial:** um estudo de viabilidade no Brasil. Belo Horizonte, MG: Dialética, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/215861>. Acesso em: 13 ago. 2024.

MARANGON, Antônio Augusto dos Santos. **Fundamentos iniciais de mineralogia.** 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/195521>. Acesso em: 13 ago. 2024.

Bibliografia Complementar

FERREIRA, Lucas. **Legislação penal especial.** 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/209327>. Acesso em: 13 ago. 2024.

MENEZES, Sebastião de Oliveira. **Minerais comuns e de importância econômica:** um manual fácil. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/162900>. Acesso em: 13 ago. 2024.

OLIVEIRA, Carina Costa de *et al.* **A função do direito na gestão sustentável dos recursos minerais marinhos.** 1. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/187704>. Acesso em: 13 ago. 2024.

POLÍZIO JÚNIOR, Vladimir. **Novo código florestal comentado.** 3. ed. São Paulo: Rideel, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182494>. Acesso em: 13 ago. 2024.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Legislação de direito ambiental.** 15. ed. São Paulo: Rideel, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182340>. Acesso em: 13 ago. 2024.

ASSINATURA DO PROFESSOR:	<i>Daniel Medeiros</i>
ASSINATURA COORDENADOR:	<i>[Signature]</i>